

O mundo grego como *ethos* da assim chamada filosofia-ocidental-européia (metafísica) segundo Heidegger

Roberto S. Kahlmeyer-Mertens*

Resumo: O tema do artigo é o caráter grego da filosofia entendida como metafísica desde o enfoque permitido pelo pensamento de M. Heidegger (1889-1976). Temos o objetivo de apresentar que a metafísica tem seu *ethos* em uma experiência grega de origem. Pretendemos validar a hipótese de que: *não pode pretender legitimidade as tentativas de atrair o mérito do surgimento da metafísica para outro solo que o referido*. Para fundamentação de nossos argumentos, utilizaremos o comentário de G. Reale e extratos de algumas preleções de G. W. F. Hegel. A problematização dessas idéias aponta para uma ratificação do caráter grego da filosofia e deste como lugar de sua plena realização.

Palavras-chave: *Ethos* grego da filosofia, Heidegger, Hegel, Metafísica,

Abstract: The theme of the article is the Greek character of philosophy understood as metaphysics in accordance with the focus allowed by M. Heidegger (1889-1976). The purpose is to show that the philosophy has its *ethos* in an originary Greek experience. The following hypothesis seeks in this article to be validated: *the attempts to push the origin of metaphysics to another ground than the above mentioned cannot intend to be legitimate*. In order to validate the argument a commentary by G. Reale from some lectures by G.W.F. Hegel will be used. Tackling these ideas leads to the acknowledge of the Greek character of philosophy and to the former as the place of its ultimate realization.

Key words: Greek *ethos* of Philosophy, Heidegger; Hegel; Metaphysics

I

Falar de *Filosofia-ocidental-européia* e ter isto já no título de uma comunicação aponta para a interpretação de um autor que se dedicou aos estudos da filosofia antiga. H-G.Gadamer (1976, p. 13) conta que leituras singulares dos antigos atraíram à sala do jovem professor Martin Heidegger estudiosos como Werner Jaeger e Max Weber

* Doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Professor da Universidade Cândido Mendes/UCAM e Centro Universitário Plínio Leite/UNIPLI. E-mail: kahlmeyermertens@gmail.com

fazendo que estes “que representavam certamente o que havia na época de mais forte nas cátedras da universidade alemã, parecessem colegiais”.

Atesta-se que a filosofia antiga nunca saiu do centro de interesse da filosofia de Heidegger, a ponto de em *Ser e tempo*, seu principal tratado, se observar Aristóteles como norteador de diversas questões da ontologia fundamental ali elaborada. Isto se deve não a uma afinidade eletiva ou a mera identidade intelectual entre os autores, mas à constatação de que a filosofia antiga é indispensável ao pensamento ocidental, filosófico, justamente por ser, nas palavras de Heidegger (2005, p. 29):

algo que pela primeira vez e antes de tudo vinca a existência do mundo grego. Não só isso, a *philosophía* determina também a linha mestra de nossa história ocidental-européia. A batida expressão “filosofia ocidental-européia” é, na verdade, uma tautologia. Por quê? Porque a “filosofia” é grega em sua essência – e grego aqui significa: a filosofia é nas origens de sua essência de tal natureza que ela primeiro se apoderou do mundo grego e só dele, usando-o para se desenvolver.

Esta passagem do texto *Qu'est-ce Que la philosophie?* (1955) afirma que a filosofia é um modo de pensar que em sua origem é grego e por mais que tenha sofrido diversas transformações perdendo este semblante, ele ainda é o *ethos* no qual vigora fundamentalmente enraizado o pensamento ocidental. Por isso Heidegger afirma que a expressão *filosofia ocidental* seria tautológica, afinal, filosofia (e toda a filosofia) é fundamentalmente grega, isto é, ocidental. Assim, pelo mesmo motivo, também nosso título seria redundante, pois filosofia só haveria no pensamento *ocidental*.

Fixa-se, assim, a tese que nosso autor busca sustentar: a filosofia é grega em sua essência; o pensamento ocidental, de base filosófica, é grego.

II

Esta última baseia-se no trecho da citação que diz: “a filosofia é nas origens de sua essência de tal natureza que ela primeiro se apoderou

do mundo grego e só dele, usando-o para se desenvolver”. Idéia que se completa com outra que Heidegger (2005 p. 29) profere adiante: “A frase: a filosofia é grega em sua essência, não diz outra coisa que: o Ocidente e a Europa, e somente eles, são, na marcha mais íntima de sua história, originariamente filosóficos”.

Essa argumentação, certamente controversa, poderia parecer arbitrária e mesmo truculenta, recebendo objeções que acusariam a reflexão de reducionista ao desconsiderar todas as manifestações da dita “filosofia oriental”; preterindo com ela, legados de autores como Confúcio, Lao Tsé e Mozi ou a importância incontestável da *Gita*, reconhecida por pensadores ocidentais como Goethe, Humboldt, Schopenhauer e Thoreau.

Contudo a remissão restritiva à filosofia como fenômeno do pensamento ocidental não quer dizer que não haja um pensamento oriental. Heidegger não afirma que o Oriente não pensa, afirma que *não pensa filosoficamente*, o que, absolutamente, não constituiria demérito a este.

A afirmação de que o ocidente é filosófico em seu íntimo é um atestado do caráter histórico de uma postura assumida apenas por este, um modo de pôr-se diante da realidade e dela apropriar-se.

Tal postura pode ser resumida nas seguintes ocorrências: No Ocidente a apreensão dos entes na totalidade é dada como simplesmente presentes (ou seja, isento de qualquer requisição de ocupação); por meio desta é possível a diferenciação entre o ente presente e aquilo que Heidegger chama de “presença do presente”, como essência deste ente (decorrente de uma pergunta que antecede a todas as suas circunstâncias, visando o que há de duradouro, de essencial);¹ presencia-se aí a reificação da essência do ente

¹ Ou seja, como sustentáculo da coisa. Já para os gregos este sustentáculo era *Hýpokeimenon*, literalmente algo que se situa (*Keimai*) por baixo (*Hýpo*), algo que jaz sob, ou sub-lançado. Nesses termos, tudo que é já o é desde um sustentáculo. Com o mesmo sentido, a língua latina se apropria do termo grego, traduzindo-o literalmente; daí, “subjectum” ou “sub” (embaixo) “jectum” (lançado). O conceito subjectum e substância (*substantia*) são semanticamente análogos, ambos apontando para a noção de uma instância sob, a algo subjacente que sustenta a coisa.

(tratamento da essência como algo que ocorreria como um objeto e tentativa sistemática de delimitação desta, objetivamente); a assunção desta essência como uma verdade acessível por meio da teoria, em detrimento da prática (advento da dicotomia entre teoria e prática) e, finalmente, o estabelecimento do primado do teórico sob o prático e do preconceito de que o teórico é o modo mais apropriado para o conhecimento dos entes.

Ao modelo que procede desta maneira Heidegger chamará de *metafísica*, tomando-o como sinônimo de filosofia.

Entendendo a filosofia como tentativa de determinação do fundamento primeiro de todas as coisas que efetivamente são, constata-se que esta atitude não é adotada entre os pensadores orientais. Pois não vemos nenhuma manifestação no pensamento originariamente oriental da sanha pela definição categórica pelo que seja o *Tao* ou o *Zen*. Ao contrário, em linhas gerais, observa-se no pensamento oriental uma *conciliação* ao seu objeto e nunca a tentativa inconformada de asseguramento de seu modo essencial de ser.

III

Embora alguns autores reclamem para o pensamento oriental (especialmente o judaico)² o mérito de contribuir com elementos

² Neste sentido, encontramos os trabalhos de Marlène Zarader (1995) que requerem o preenchimento de lacunas ou “dívidas” que teriam sido deixadas pelo pensamento de Heidegger ao não tratar do suposto legado de pensamento (tema, este, que Heidegger nunca se propôs a abordar, mas que encontra acolhida na obra de pensadores como Martin Buber, Emmanuel Lévinas e Jacques Derrida). Também o livro de Joanna Hodge (1995) sustenta posição antagônica a de Heidegger, descrendo que a filosofia (entendida como metafísica) possa ser considerada uma prática exclusivamente ocidental-grega, acreditando que avaliações como essas só conduziram a reflexões abstratas criando encruzilhadas ao pensamento. Para a autora, a transformação operada pela filosofia no mundo grego “não é menor do que a transformação da religião que foi o judaísmo, quando se separou em judaísmo e cristianismo”. Por fim, Karl Löwith assevera que tradições como a ética e a metafísica teriam origem no pensamento grego e repercussão no judaico; não se apresentando no resto do Oriente.

fundamentais ao pensamento filosófico, a tese de uma origem não grega para filosofia é combatida por Giovanni Reale que faz diametral oposição a essa hipótese quando assevera que a filosofia é “uma criação peculiar dos gregos” (Reale, 1994, p. 11).

Toda a estratégia de argumentação de Reale se monta em bases historiográficas, que tentam comprovar que apenas na cultura grega presenciáramos as condições para o acontecimento da filosofia. Sem reproduzir integralmente sua argumentação, nos limitaremos aos principais movimentos que demonstram que no Oriente não haveria experiência correlata à filosofia, nem sequer algo que se aproximasse por analogia. Para o autor, reconhecer que a filosofia tem origem na Grécia significa ratificar o advento revolucionário que transmutaria a face de nossa civilização.

O autor italiano se apóia nos estudos feitos por Zeller e Burnet,³ que lhe permitem uma síntese do pensamento antigo apoiando-o na tarefa de mostrar que nenhuma das tentativas, mesmo entre as dos orientistas mais ilustres, teria logrado sucesso ao tentar sustentar rigorosamente uma suposta origem e derivação da filosofia no Oriente. Segundo Reale (1994, p. 13), isso ocorre por já partirem de intenções nacionalistas que visariam “tirar dos gregos e reivindicar para o próprio povo o particularíssimo título de glória que foi a descoberta da mais elevada forma de saber”;⁴ incorrendo

³ Reale menciona os dois autores em uma nota de rodapé e suas respectivas obras publicadas no início do século XX.

⁴ Reale (1994, p. 11) vê nisso a “superioridade dos gregos frente aos povos orientais”, esta que seria de natureza *qualitativa*. Contudo, esta afirmativa nos parece contestável, pois enxergamos nesta um juízo de valor que o autor poderia ter se privado de fazer, deixando de atrair objeções para si; como aquela que pergunta pelo critério estipulado para o estabelecimento deste juízo. Afinal, que padrões, mesmo na historiografia, nos autorizariam julgar que o Ocidente é *qualitativamente superior* ao Oriente? Em que medida isso já não caracteriza uma avaliação quantitativa (ao invés de qualitativa como anuncia o comentador)? O que nos permitiria afirmar propriamente que o pensamento de Platão é superior ao de seu contemporâneo oriental Lao Tsé? Não haveria aí uma interpretação que já toma critérios pré-estabelecidos, critérios que já determinariam o que é o superior e o inferior? Será que quando ousamos apreciações como esta já não estaríamos tomando critérios ocidentais para estabelecer esta qualificação? Pois, entendemos

em associações forçadas ao comparar Platão com Moisés, o que significa tentar aproximar a filosofia grega da sabedoria judaica, postura que o comentador chamará de “fantasias romanescas” (Reale, 1994, p. 14).

No seu esforço combativo, Reale se acerca de elementos empíricos para legitimar seus argumentos; baseando-se nesses, afirma que não haveria nenhum indício histórico-arqueológico que comprove uma origem filosófica no Oriente.⁵ Acreditamos que nosso autor não precisaria ter ido tão longe para defender tal posição, pois parece haver clareza para alguns filósofos quanto ao fato dos povos antigos do Oriente possuírem um pensamento característico, mesclado de sabedoria, religião e poesia que apontam para princípios fundamentais “mas não filosofia propriamente dita” (Santos, 1954, p. 366).

IV

Hegel fez do tema objeto reincidente em diversas de suas preleções,⁶ sendo em sua *Introdução à história da filosofia* (1816) que o autor propõe, ainda no universo de uma filosofia do sujeito, que:

a filosofia se origina, pois, onde existem constituições livres. ... No mundo oriental não se pode falar de genuína filosofia; com efeito, para explicar concisamente o seu caráter, o Espírito desponta decerto no Oriente, mas a circunstância é tal que o sujeito, a individualidade não é pessoa, antes é determinada como uma fusão efetivo. (Hegel, 1991, p. 185)

que a dualidade Ocidente-Oriente abriga, sim, um problema qualitativo, mas esta se expressa maximamente na maneira diversa com que estas partes pensam. Todavia, isto não nos permite a valoração: superior *versus* inferior, apenas assinala a diferença. Ainda com esta aresta, o argumento do autor não fica comprometido, sustentando-se.

⁵ Chegando ao ponto de afirmar, citando Burnet que: “Não conhecemos, na época em que nos ocupamos, nenhum grego que soubesse a língua oriental bastante para ter lido um livro egípcio (ou hebreu) ou mesmo ouvir um discurso de um sacerdote, e é só em época muito posterior que ouvimos falar de mestres orientais que escrevem e falam grego” (Burnet *apud* Reale, 1994, p. 15).

⁶ Cf: Bibliografia

Vemos a asseveração de que a filosofia só desponta onde a liberdade criou possibilidades para tal.⁷ Liberdade deve ser entendida aqui como o distanciamento de uma ordem natural na qual o sujeito já desde sempre se encontra submetido. Para o filósofo este distanciamento não haveria no Oriente, pois, lá o sujeito não é indivíduo, encontrando-se fundido a natureza; quando muito em uma relação mística com o que é efetivo, produto de constituições não libertas, como a religião e fazendo-se à sombra da divindade. Para o alemão: “o sujeito oriental pode, sem dúvida, ser grande, nobre, sublime; mas a determinação fundamental é que o indivíduo é desprovido de direito (liberdade) e que aquilo para que ele se constitui é determinação ou da natureza ou do arbítrio”. (Hegel, 1991)

Desprovido desta capacidade de distanciar-se do efetivo e empreender o pensamento acerca do que é o universal por meio do conceito, fica vedada a compreensão de uma filosofia oriental na história da filosofia (Hegel, 1991), pois:

A filosofia autêntica começa só no *Ocidente*. É aí que o espírito mergulha, em si se afunda, se põe como livre, e é livre para si; e só aí pode existir; e, por conseguinte, também só no Ocidente temos constituições livres. ... Na *Grécia* surge a liberdade da autoconsciência. No Ocidente, o espírito entranha-se em si. No esplendor do Oriente, o indivíduo esvanece-se; é apenas uma fulguração na substância. Semelhante luz torna-se no Ocidente o relâmpago do pensamento, que em si mesmo explode, a partir daí se difunde e produz assim seu mundo a partir do interior. (Hegel, 1991, p. 190)

No Ocidente, o pensamento pensa a si mesmo configurando um sujeito autoconsciente, esta figura não é mais *subjectum* ou substância à totalidade dos entes efetivos, mas substância posicionada

⁷ O filósofo alemão identifica na Grécia as condições históricas para o pensar filosófico quando assegura que: “Esse ... é justamente a liberdade da autoconsciência; e deparamos pela primeira vez com o conceito de liberdade no povo grego; e por isso começa aí também a filosofia”. (Hegel, 1991, p. 192).

enquanto sujeito que, como tal, pode sustentar a realidade na medida em que é; pensando-a como *produto* de seu próprio ser e tomando-a, igualmente, em sua consideração no conceito. Ser o “relâmpago” que inaugura a experiência de um pensamento Ocidental é, para Hegel, somente possível na condição de livre para a autoconsciência, para pensar o real como conceito, ou seja, universalmente. Em contraposição, o Oriente é um *fogo fátuo*: coruscações que apenas subministram um modo de ser fundido no real.

V

Retomando a idéia de que a filosofia é originariamente grega, como Heidegger faz no texto que tomamos por base, presenciamos o autor afirmar que o modo de formular as questões típicas a este modo de pensar, são à maneira grega. Como vemos no documento que se segue:

Perguntamos: o que é isto...? Em grego isto é: *tí estin*. A questão relativa ao que algo seja permanece, todavia, multívoca. Podemos perguntar, por perguntar, por exemplo: que é aquilo lá longe? Obtemos então a resposta: uma árvore. A resposta consiste em darmos o nome a uma coisa que não conhecemos exatamente. Podemos, entretanto, questionar mais: que é aquilo que designamos “árvore”? Com a questão agora posta avançamos para a proximidade do *tí estin* grego. É aquela forma de questionar desenvolvida por Sócrates, Platão e Aristóteles. Eles perguntam, por exemplo: O que é isto, o belo? Que é isto, o conhecimento? Que é isto, a natureza? Que é isto, o movimento? (Heidegger, 2005, p. 30).

Para Heidegger, na pergunta filosófica pela essência do ente é onde fica mais nitidamente expresso o modo grego de perguntar. *O que é isto...?* é o modo peculiar com que o pensamento grego pergunta pelo ente, pelas coisas que efetivamente são. Fica expresso também que esta pergunta não pretende ficar no plano superficial da identificação da mera coisa. O grego quando formula a pergunta “*tí estin...*” não quer saber se o objeto é uma rocha, um vegetal ou animal, ou, mesmo, uma forma geométrica, mas pergunta pelo que fundamentalmente vige nestes entes. *O que é isto...?* já é um modo

de indagar que visa sondar a essência do que é indagado (Heidegger, 1998). A pergunta pela essência do ente como o *quê* aponta que sua compreensão da essência do ente já é algo que pode ser determinado como um *isto* sobre o *que* podemos predicar; que cada ente possuiria essencialmente a qualidade de um “que”, expresso pelo vocábulo filosófico tradicional “qüididade” (*quidditas*). Assim, a pergunta pela filosofia, pelo conhecimento, pela justiça, pelo belo, pela poesia, pela linguagem, enfim, pela verdade, já pressupõe a filosofia uma qüididade ou essência própria ao ente, sujeito a uma prescrição objetiva nos moldes do *o que é isto...?*

No itinerário histórico demarcado pela filosofia, o ente expresso em sua essência como “isto” (*tí*) teria sofrido múltiplas interpretações, como nos assegura o autor:

A filosofia, de Platão é uma interpretação característica daquilo que quer dizer o *tí*. Ele significa precisamente *idéa*. O fato de nós, perguntarmos pelo *tí*, pelo *quid*, nos referirmos à “idéia” não é absolutamente evidente. Aristóteles dá outra explicação do *tí*, de Platão. Outra ainda dá Kant e também Hegel explica o *tí* de modo diferente. Sempre se deve determinar novamente aquilo que é questionado através do fio condutor que representa o *tí*, o *quid*, o “que”. Em todo caso: quando, referimo-nos à filosofia, perguntaremos: o que é isto...? levantaremos uma questão originariamente grega (Heidegger, 2005, p. 30).

Aqui se ilustra o modo com que a essência do ente enquanto um *que*, submetido a um modo tipicamente grego dirige uma tradição de questionamentos desta questão primeira. Por meio deste texto de Heidegger, ilustra-se como a filosofia, enquanto fenômeno histórico se constitui encadeando autores que constituem etapas deste caminho; dialogando entre si e com quem se aproxime desta experiência.

Para Heidegger, mesmo quando dirigida e dominada na época moderna ou mesmo sob tutela do cristianismo, não se pode dizer que a filosofia se realiza tendo perdido o *lugar* que referencia sua origem. Para o filósofo, dizer que a filosofia é grega em sua essência, não significa outra coisa que: “o Ocidente e a Europa, e somente eles, são, na marcha mais íntima de sua história,

originariamente ‘filosóficos’” (Heidegger, 2005, p. 29) e, ainda que tenham perdido seu antigo semblante, é este *ethos* grego que delinea seu *modus operandi* de pensamento ocidental.

Referências bibliográficas

- HEIDEGGER, M; FINK, E. *Heraklit*. Vittorio Klostermann: Frankfurt am Main, 1996.
- HEIDEGGER, M. *Qu'est-ce Que la philosophie?*. In. Col. Os Pensadores. Trad. Ernildo Stein, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2005.
- _____. *Heráclito*. Trad. de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- _____. *Interprétations Phénoménologiques D'Aristote*. Trad. J.-F Courtine. Préface. H.G. Gadamer. Paris: Gallimard, 1976.
- GADAMER, H.-G. *Un écrit 'theologique' de jeunesse*. In *Interprétations Phénoménologiques D'Aristote*. Trad. J.-F Courtine. Paris: Gallimard, 1976.
- HODGE, J. *Heidegger e a ética*. Trad. Gonçalo C. Feio. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes. 1995.
- KAHLMAYER-MERTENS, R. S. *Filosofia Primeira: estudos sobre Heidegger e outros autores*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.
- REALE, G. *História da filosofia antiga*. vol.I. São Paulo: Loyola, 1994.
- SANTOS, T. M. *Manual de Filosofia*. 6ª ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1954.
- ZARADER, M. *Heidegger e as palavras da origem*. Trad. João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.